



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

Processo TC Nº **10216/11**

Objeto: Pensão

Relator: Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes

Responsável: João Bosco Teixeira

Interessado: Marluce Gomes da Silva

Pensão concedida à beneficiária Marluce Gomes da Silva, viúva do ex-servidor Adalberto Bezerra da Silva, Operário II, matrícula nº 9.159-6, tendo como fundamento o artigo 40, §§7º e 8º da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, considera-se regular o ato concessivo e correto o cálculo da pensão, concedendo-lhes o competente registro.

ACÓRDÃO AC2 – TC – 02246/11

Vistos, relatados e discutidos os autos referentes à pensão vitalícia por morte do servidor Adalberto Bezerra da Silva, Operário II, matrícula nº 9.159-6, concedida à beneficiária Marluce Gomes da Silva, viúva do ex-servidor, por ato da lavra do Ilmo. Sr. Presidente da PBprev, **ACORDAM**, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, em *CONCEDER-LHE* o competente registro, em face de sua legalidade.

Assim decidem, tendo em vista que o ato foi firmado por autoridade competente e teve como fundamento o **artigo 40, § 7º e § 8º da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003**; a interessada faz jus ao benefício ora apreciado pelo Tribunal e o pronunciamento da douta Procuradoria pugnou pela regularidade do ato.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara
Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 11 de outubro de 2011.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente

Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes
Relator

Presente:

Representante do Ministério Público Especial